BTCU

Administrativo

Boletim do Tribunal de Contas da União

Diário Eletrônico

Ano 53 | nº 214 | Quinta-feira, 12/11/2020

Atos do Presidente	1
Secretaria-Geral de Administração	2
Secretaria-Geral Adjunta de Administração	15
Secretaria de Gestão de Pessoas	15
Diretoria de Legislação de Pessoal	15
Serviço de Concessão de Vantagens e Direitos	19
Diretoria de Saúde	22
Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade	23
Secretaria de Engenharia e Serviços de Apoio	23
Secretaria de Auditoria Interna	24

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Boletim do Tribunal de Contas da União
Regulamentado pelo art. 98 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992,
e pelos §§ 3º a 5º do art. 295 do Regimento Interno do TCU

<http://www.tcu.gov.br>

btcu@tcu.gov.br

SAFS Lote 1 Anexo I sala 424 - CEP:70042-900 - Brasília - DF

Fones: 3527-7279/3527-7869/3527-2484/3527-5249

Presidente

JOSÉ MUCIO MONTEIRO FILHO

Vice-Presidente

ANA LÚCIA ARRAES DE ALENCAR

Ministros

WALTON ALENCAR RODRIGUES

BENJAMIN ZYMLER

JOÃO AUGUSTO RIBEIRO NARDES

AROLD DO CEDRAZ DE OLIVEIRA

RAIMUNDO CARREIRO SILVA

BRUNO DANTAS NASCIMENTO

VITAL DO RÉGO FILHO

Ministros-Substitutos

AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

MARCOS BEMQUERER COSTA

ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

WEDER DE OLIVEIRA

Ministério Público junto ao TCU

Procuradora-Geral

CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

Subprocuradores-Gerais

LUCAS ROCHA FURTADO

PAULO SOARES BUGARIN

Procuradores

MARINUS EDUARDO DE VRIES MARSICO

JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA

SERGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

RODRIGO MEDEIROS DE LIMA

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

Secretário-Geral

LUIZ HENRIQUE POCHYLY DA COSTA

segedam@tcu.gov.br

Boletim do Tribunal de Contas da União administrativo - Ano. 51, n. 197
(2018)- . Brasília: TCU, 2018- .

Diário.

Continuação de: Boletim do Tribunal de Contas da União Administrativo
Normal.

1. Ato administrativo - periódico - Brasil. I. Brasil. Tribunal de Contas da
União (TCU).

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Ruben Rosa

ATOS DO PRESIDENTE**PORTARIAS**

PORTARIA-TCU Nº 31-GAPES, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 28, inciso XXVI, e 55, inciso I, do Regimento Interno, e considerando o disposto no art. 2º, § 2º, da Portaria-TCU nº 238, de 27 de agosto de 2018, resolve:

Fica alterada para o período de 09 a 10/11/2020 a convocação do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho para exercer as funções de Ministro, em virtude de afastamento do Ministro Vital do Rêgo, por motivo de férias, de que trata a Portaria-TCU nº 30-Gapes, de 05 de Novembro de 2020, publicada no BTCU Administrativo nº 210, de 06 de Novembro de 2020.

JOSÉ MUCIO MONTEIRO
Presidente

EXTRATOS PARA PUBLICAÇÃO**RECURSO HIERÁRQUICO**
- Indeferimento -

Em 10 de novembro de 2020

INDEFERINDO, no processo de interesse do servidor JORGE ISPER ABRAHIM FILHO, AUFC, Matrícula 903-2, o recurso hierárquico apresentado contra a decisão que autorizou o desconto dos dias considerados como falta ao serviço (17/03/2020 a 21/05/2020), por descumprimento das metas pactuadas no teletrabalho, com base no art. 44, inciso I, da Lei 8.112/1990 e no art. 17, *caput* e §§ 2º e 3º, da Portaria-TCU 101/2019.

(TC-020.363/2020-6)

JOSÉ MUCIO MONTEIRO
Presidente

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO**PORTARIAS**

PORTARIA-SEGEDAM Nº 22, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a utilização de equipamentos de informática de propriedade do Tribunal de Contas da União (TCU), fora das dependências do Tribunal, por servidores em teletrabalho domiciliados na Sede do TCU ou no Instituto Serzedello Corrêa (ISC), em Brasília-DF.

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o disposto no art. 66 da Portaria-TCU nº 307, de 11 de novembro de 2014,

considerando a necessidade de consolidar as mudanças decorrentes da implementação da nova forma de atuação da Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex), por força da Resolução-TCU nº 305, de 2018, no sentido de conferir, sem incremento de custos, maior eficiência a este Tribunal;

considerando a necessidade de apoiar o modelo de gestão de pessoas por resultados e a realização de teletrabalho por servidores ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União, consoante objetivo nº 62 do Plano Estratégico do TCU e Portaria-TCU nº 101, de 8 de março de 2019;

considerando a existência, na Sede do TCU, em Brasília-DF, de bens de informática em bom estado de conservação, excedentes e ociosos,

RESOLVE:

Art. 1º É facultada aos servidores em teletrabalho domiciliados na Sede do TCU ou no Instituto Serzedello Corrêa (ISC), em Brasília-DF, no cumprimento de suas atribuições, a utilização temporária de equipamentos de informática de propriedade do Tribunal, fora de suas dependências, observado o disposto nesta Portaria.

§ 1º Para os fins desta Portaria, considera-se em teletrabalho o servidor que esteja nessa condição na data da solicitação de uso dos equipamentos fora das dependências do TCU.

§ 2º Somente podem ser destinados para uso fora das dependências do TCU os equipamentos excedentes e ociosos, previamente informados pelas unidades à Segedam, e que se encontrem recolhidos ao depósito.

§ 3º A disponibilização de equipamentos para uso fora das dependências do Tribunal aos servidores domiciliados nas secretarias dos TCU nos estados está disciplinada pela Portaria-Segedam nº 35, de 2 de setembro de 2019.

Art. 2º Os servidores poderão utilizar fora das dependências do Tribunal:

I - 1 (um) microcomputador portátil; ou

II - 1 (um) microcomputador de mesa (com teclado e *mouse*) com até 2 (dois) monitores de vídeo.

Parágrafo único. Somente poderão ser destinados para utilização fora das dependências do TCU os equipamentos de informática localizados na cidade de domicílio do servidor.

Art. 3º Não serão passíveis de utilização fora das dependências do TCU, os equipamentos de informática enquadrados nas seguintes situações:

I - microcomputadores de mesa já instalados nas dependências das unidades, para uso, quando em situação de normalidade, dos servidores domiciliados na Sede do TCU ou no Instituto Serzedello Corrêa (ISC), em Brasília-DF, bem como de estagiários e terceirizados;

II - microcomputadores de mesa em quantidade necessária para atender as instalações de uso coletivo das unidades, tais como sala de reunião, de multimídia, de videoconferência e auditório).

Art. 4º A escolha dos equipamentos de informática que deverão permanecer nas dependências do Tribunal, bem como daqueles passíveis de disponibilização, será realizada pela Unidade detentora de carga dos equipamentos.

Art. 5º O servidor interessado deve encaminhar os pedidos de retirada, troca, devolução e demais solicitações referentes ao uso de equipamentos de informática fora das dependências do TCU à Central de Atendimento de Serviços Administrativos (CASA/Adgedam), por meio do Portal do TCU (Catálogo de Soluções de TI > Sistemas do TCU > CASA > Criar Demanda), ou pelo telefone 0800 644 1500, Opção 4, informando nome completo, matrícula e endereço institucional de correio eletrônico - *email* do TCU.

§ 1º A demanda recebida nos termos do caput deste artigo será encaminhada pela Central de Atendimento de Serviços Administrativos (CASA/Adgedam) ao Serviço de Gestão Patrimonial (SGP/Dipat/Selip) para análise, autorização, e atendimento, nos termos desta Portaria.

§ 2º O atendimento às demandas deve observar a ordem cronológica das solicitações.

Art. 6º A utilização dos equipamentos de informática fora das dependências do TCU será efetivada por meio de:

I - atribuição, pela unidade central de patrimônio (detentor de carga) ao servidor solicitante, no Sistema Patrimônio, da responsabilidade pelo uso, guarda e conservação do bem; e

II - aceite pelo servidor solicitante, no Sistema Patrimônio, da responsabilidade pelo uso, pela guarda e pela conservação do bem envolvido.

Art. 7º Semestralmente, a unidade central de patrimônio deve consultar os servidores, por meio de seu endereço institucional de correio eletrônico, sobre o interesse em permanecer utilizando os equipamentos de informática fora das dependências do TCU.

§ 1º A eventual ausência de resposta à consulta de que trata o caput deste artigo, configura renovação automática da autorização e da responsabilidade pelo uso, pela guarda e pela conservação do bem.

§ 2º Para fins de cumprimento do disposto nesta Portaria, a unidade central de patrimônio pode, a qualquer tempo, requisitar a devolução de equipamentos de informática que estejam em uso fora das dependências do TCU.

Art. 8º A devolução dos equipamentos deverá ocorrer quando:

I - houver interesse da Administração do Tribunal;

II - o servidor mudar para unidade de domicílio fora de Brasília-DF;

III - houver interesse do servidor na devolução dos equipamentos; ou

IV - o servidor constatar a ocorrência de defeitos ou a perda de sua funcionalidade.

Art. 9º Na ocasião da devolução, a unidade central de patrimônio pode emitir e entregar ao servidor o termo de devolução provisório de equipamentos de informática, de acordo com modelo do Anexo I a esta Portaria, para posterior conferência e transferência da responsabilidade pelo equipamento, no prazo de 20 dias úteis.

§ 1º A devolução dos equipamentos deve ser registrada no Sistema Patrimônio, mediante transferência, realizada pelo servidor solicitante e aceita pela unidade central de patrimônio (detentor de carga), da responsabilidade pelo uso, guarda e conservação do bem, ou, ainda, mediante avocação dessa responsabilidade pela unidade central de patrimônio.

§ 2º Os registros efetuados no Sistema Patrimônio, nos termos do parágrafo anterior, configuram a formalização definitiva da devolução dos equipamentos, e não depende da prévia emissão do termo de devolução provisório de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 10. O levantamento dos bens disponibilizados, para fins de inventário anual, de verificação e de alto risco de extravio, será realizado, preferencialmente, na modalidade eletrônica, por meio da verificação da frequência de conexão do aludido bem à rede de informática do TCU.

§ 1º Ao ser constatada a localização do microcomputador de mesa, nos moldes propostos neste artigo, considerar-se-ão encontrados, também, os monitores de vídeo porventura disponibilizados.

§ 2º Para os inventários de transferência, criação, extinção e baixa fica mantida a obrigatoriedade do levantamento físico dos bens.

§ 3º Não sendo possível a realização do levantamento nos moldes do *caput* deste artigo, o detentor da carga patrimonial certificará a existência dos bens fora das dependências do TCU, mediante declaração dos servidores responsáveis pelo seu uso, guarda e conservação, emitida conforme modelo constante do Anexo II a esta Portaria.

Art. 11. O servidor que utilizar equipamentos de informática fora das dependências do TCU fica responsável pelo seu uso, guarda e conservação, submetendo-se às obrigações previstas no art. 36 da Portaria-TCU nº 307, de 2014.

Art. 12. O servidor será responsabilizado, nos termos da Portaria-TCU nº 307, de 2014, pelo extravio ou dano verificado no equipamento de informática, após apurados os elementos necessários à caracterização de responsabilidade civil, salvo na hipótese de caso fortuito ou força maior.

§ 1º O servidor deve noticiar, de imediato, ao detentor da carga patrimonial ou a seu substituto, a ocorrência de qualquer sinistralidade que acarrete extravio ou dano ao(s) bem(ns);

§ 2º O servidor deve noticiar, de imediato, ao detentor da carga patrimonial ou a seu substituto, quando da ocorrência de defeitos decorrentes do uso regular dos equipamentos, pelo desgaste natural e pela perda de funcionalidade dos equipamentos decorrentes do transcurso do tempo.

§ 3º O servidor não será responsabilizado por defeitos decorrentes do uso regular dos equipamentos, pelo desgaste natural e pela perda de funcionalidade dos equipamentos decorrentes do transcurso do tempo.

Art. 13. As despesas necessárias ao transporte e à instalação dos equipamentos, assim como aquelas decorrentes da manutenção de bens que se encontrem fora do prazo de garantia, serão integralmente custeadas pelo servidor que os utilizará.

Art. 14. Aplicam-se, no que couber, as disposições da Portaria-TCU nº 307, de 2014, na utilização de equipamentos de informática de que trata este normativo.

Art. 15. Ficam convalidadas as disponibilizações de equipamentos de informática efetuadas de acordo com a Portaria-Segedam nº 05, de 23 de março de 2020, as quais passam a obedecer ao disposto nesta Portaria.

Art. 16. Fica revogada a Portaria-Segedam nº 05, de 23 de março de 2020.

Art. 17. Os casos omissos serão dirimidos pelo Secretário-Geral de Administração.

Art. 18. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE POCHYLY DA COSTA

ANEXO I À PORTARIA-SEGEDAM Nº 22, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020
TERMO DE DEVOLUÇÃO PROVISÓRIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Declaro que me foi(ram) restituído(s) pelo servidor abaixo identificado o(s) seguinte(s) bem(s):

Nº de Patrimônio	Descrição do bem patrimonial

Nota:

(1) A averiguação, para fins de aplicação do § 3º do art. 12 da Portaria-Segedam nº 22, de 11 de novembro de 2020, será apreciada posteriormente.

Atesto que o(s) bem(ns):

RGP xxxxxx encontra(m)-se em bom estado de conservação e em funcionamento.

RGP xxxxxx encontra(m)-se em bom estado de conservação, mas não teve o funcionamento verificado.

RGP xxxxxx encontra(m)-se danificados ou com defeito.

Outras observações: xxxxxxxx

Brasília-DF, em: ___ de _____ de 20__.

Nome do detentor de carga

Matr.nº

Por estar ciente e de acordo, firmo o presente termo,

Nome do servidor

Matr. nº

ANEXO II À PORTARIA-SEGEDAM Nº 22, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020

Ao Detentor de Carga

Assunto: localização de bem patrimonial

Senhor Chefe,

Atesto, para fins de controle patrimonial, que os bens abaixo descritos se encontram sob minha responsabilidade:

BENS NÃO LEVANTADOS POR CONEXÃO À REDE DO TCU					
UG	Finalidade: ()Anual ()Alto Risco de Extravio ()Verificação				Nº do levantamento:
Detentor:	Unidade:		Processo:		
RGP	Descrição	Nº de Série	Nº da Foto (*)	Situação Patrimonial (**)	Localização (Endereço)

Nome/matricula do servidor responsável

Observações:

Encaminhar ao detentor de carga, na forma de documento eletrônico ou, alternativamente, por meio do correio eletrônico institucional do servidor, com confirmação de recebimento pela unidade central de patrimônio.

(*) Nº da Foto: Só é necessário se o bem estiver em situação patrimonial diferente de bom.

(*) Situação Patrimonial: B - Bom, OC - Ocioso, RE - Recuperável, IR - Irrecuperável, AN - Antieconômico.

PORTARIA-SEGEDAM Nº 23, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020

Dispõe sobre o uso temporário de cadeiras de escritório, de propriedade do Tribunal de Contas da União (TCU), fora das dependências do Tribunal, por servidores em teletrabalho domiciliados na Sede do TCU ou no Instituto Serzedello Corrêa (ISC), em Brasília-DF.

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o disposto no art. 66 da Portaria-TCU nº 307, de 11 de novembro de 2014,

considerando o número expressivo, na Sede do TCU e no Instituto Serzedello Corrêa (ISC), em Brasília-DF, de cadeiras de escritório em bom estado de conservação, excedentes e ociosas, conforme levantamento feito pelas Unidades do TCU e informado à Segedam;

considerando a necessidade de consolidar as mudanças decorrentes da implementação da nova forma de atuação da Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex), por força da Resolução-TCU nº 305, de 2018, no sentido de conferir, sem incremento de custos, maior eficiência a este Tribunal;

considerando a necessidade de apoiar o modelo de gestão de pessoas por resultados e a realização de teletrabalho por servidores ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União, consoante objetivo nº 62 do Plano Estratégico do TCU e Portaria-TCU nº 101, de 8 de março de 2019;

considerando os estudos e levantamentos contidos no processo TC - 029.624/2020-7,
RESOLVE:

Art. 1º É facultado ao servidor em teletrabalho, domiciliado na Sede do TCU ou no Instituto Serzedello Corrêa (ISC), em Brasília-DF, no cumprimento de suas atribuições, o uso temporário de uma cadeira de escritório de propriedade do Tribunal, fora de suas dependências, observado o disposto nesta Portaria.

§ 1º Para os fins desta Portaria, considera-se em teletrabalho o servidor que esteja nessa condição na data da solicitação de uso da cadeira fora das dependências do TCU.

§ 2º Somente podem ser destinadas para uso fora das dependências do TCU as cadeiras excedentes e ociosas, previamente informadas pelas unidades à Segedam, e que se encontrem recolhidas ao depósito.

§ 3º A disponibilização de cadeiras para uso fora das dependências do Tribunal aos servidores domiciliados nas secretarias do TCU nos Estados está disciplinada na Portaria-Segedam nº 15, de 24 de julho de 2020.

Art. 2º O servidor interessado deve encaminhar os pedidos de retirada, troca, devolução e demais solicitações referentes ao uso de cadeiras de escritório fora das dependências do TCU à Central de Atendimento de Serviços Administrativos (CASA/Adgedam), por meio do Portal do TCU (Catálogo de Soluções de TI > Sistemas do TCU > CASA > Criar Demanda), ou pelo telefone 0800 644 1500, Opção 4, informando nome completo, matrícula e endereço institucional de correio eletrônico - *email* do TCU.

§ 1º A demanda recebida nos termos do *caput* deste artigo será encaminhada pela Central de Atendimento de Serviços Administrativos (CASA/Adgedam) ao Serviço de Gestão Patrimonial (SGP/Dipat/Selip) para análise, autorização, e atendimento, nos termos desta Portaria.

§ 2º O atendimento às demandas deve observar a ordem cronológica das solicitações.

Art. 3º O uso da cadeira fora das dependências do TCU deve ser efetivado por meio de:

I - atribuição, pela unidade central de patrimônio (detentor de carga) ao servidor solicitante, no Sistema Patrimônio, da responsabilidade pelo uso, guarda e conservação do bem; e

II - aceite pelo servidor solicitante, no Sistema Patrimônio, da responsabilidade pelo uso, pela guarda e pela conservação do bem envolvido.

Art. 4º A devolução da cadeira retirada para uso temporário deve ocorrer quando:

I - houver interesse da Administração do Tribunal;

II - o servidor mudar para unidade de domicílio fora de Brasília-DF;

III - houver interesse do servidor na devolução da cadeira; ou

IV - o servidor constatar a ocorrência de defeitos ou a perda de sua funcionalidade.

Parágrafo único. A devolução da cadeira deve ser formalizada no Sistema Patrimônio, mediante transferência, realizada pelo servidor solicitante e aceita pela unidade central de patrimônio (detentor de carga), da responsabilidade pelo uso, guarda e conservação do bem, ou, ainda, mediante avocação dessa responsabilidade pela unidade central de patrimônio.

Art. 5º Semestralmente, a unidade central de patrimônio deve consultar os servidores, por meio de seu endereço institucional de correio eletrônico, sobre o interesse em permanecer utilizando a cadeira de escritório fora das dependências do TCU.

§ 1º A eventual ausência de resposta à consulta de que trata o **caput** deste artigo, configura renovação automática da autorização e da responsabilidade pelo uso, pela guarda e pela conservação do bem.

§ 2º Para fins de cumprimento do disposto nesta Portaria, a unidade central de patrimônio pode, a qualquer tempo, requisitar a devolução de cadeiras que estejam em uso fora das dependências do TCU.

Art. 6º Por ocasião do inventário anual, o detentor da carga patrimonial deve certificar a existência das cadeiras fora das dependências do Tribunal, mediante declaração dos servidores responsáveis pelo seu uso, guarda e conservação, emitida conforme modelo constante do Anexo Único desta Portaria.

Parágrafo único. Para os inventários de transferência, criação, extinção e baixa fica mantida a obrigatoriedade do levantamento físico dos bens.

Art. 7º O servidor que utilizar cadeira de propriedade do TCU fora de suas dependências fica responsável pelo seu uso, guarda e conservação, submetendo-se às obrigações previstas no art. 36 da Portaria-TCU nº 307, de 2014.

§ 1º O servidor será responsabilizado, nos termos da Portaria-TCU nº 307, de 2014, pelo extravio ou dano verificado na cadeira, após apurados os elementos necessários à caracterização de responsabilidade civil, salvo na hipótese de caso fortuito ou força maior.

§ 2º O servidor não será responsabilizado por defeitos decorrentes do uso regular das cadeiras, pelo desgaste natural e pela perda de funcionalidade das cadeiras decorrentes do transcurso do tempo.

Art. 8º As despesas necessárias ao transporte da cadeira, assim como aquelas decorrentes da manutenção do bem que se encontre fora do prazo de garantia, devem ser integralmente custeadas pelo servidor.

Art. 9º Aplica-se, no que couber, ao uso de cadeiras de que trata este normativo, o disposto na Portaria-TCU nº 307, de 2014.

Art. 10. Ficam convalidadas as disponibilizações de cadeiras de escritório efetuadas de acordo com a Portaria-Segedam nº 18, de 31 de agosto de 2020, as quais passam a obedecer ao disposto nesta Portaria.

Art. 11. Fica revogada a Portaria-Segedam nº 18, de 31 de agosto de 2020.

Art. 12. Os casos omissos serão dirimidos pelo Secretário-Geral de Administração.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE POCHYLY DA COSTA

ANEXO ÚNICO À PORTARIA-SEGEDAM Nº 23, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020

DECLARAÇÃO DE POSSE DE BENS PATRIMONIAIS DO TCU	
À unidade central de patrimônio	
Assunto: localização de bem patrimonial	

Atesto, para fins de controle patrimonial, que os bens abaixo descritos se encontram sob minha posse e responsabilidade:

Nº de Patrimônio	Descrição do bem patrimonial

Nome/matricula do servidor responsável

Observações:

Encaminhar ao detentor de carga, na forma de documento eletrônico ou, alternativamente, por meio do correio eletrônico institucional do servidor, com confirmação de recebimento pela unidade central de patrimônio.

PORTARIA-SEGEDAM Nº 24, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020

Altera a Portaria-Segedam nº 15, de 24 de julho de 2020, que dispõe sobre o uso temporário de cadeiras de escritório, de propriedade do Tribunal de Contas da União (TCU), fora das dependências do Tribunal, por servidores domiciliados nas Secretarias do TCU nos Estados (SEC's).

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas competências regulamentares, à vista do disposto no art. 2º da Portaria-TCU nº 1, de 2 de janeiro de 2019, da Presidência deste Tribunal,

considerando a importância da racionalização contínua de processos de trabalho da organização, de modo a aprimorar a eficiência e o alcance dos resultados, e tendo em vista a preservação do patrimônio público, resolve:

Art. 1º O *caput* do artigo 6º da Portaria-Segedam nº 15, de 24 de julho de 2020, passa a vigorar com nova redação, nos seguintes termos:

“Art. 6º Semestralmente, o detentor de carga patrimonial de cada SEC deve consultar os servidores, por meio de seu endereço institucional de correio eletrônico, sobre o interesse em permanecer utilizando a cadeira de escritório fora das dependências do TCU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE POCHYLY DA COSTA

PORTARIA-SEGEDAM Nº 25, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020

Altera a Portaria-Segedam nº 35, de 2 de setembro de 2019, republicada no BTCU Administrativo nº 167, de 2/9/2019, que dispõe sobre a utilização de equipamentos de informática de propriedade do Tribunal de Contas da União (TCU), fora das dependências do Tribunal, por servidores em teletrabalho, domiciliados nas Secretarias do TCU nos Estados (SEC's).

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas competências regulamentares, à vista do disposto no art. 2º da Portaria-TCU nº 1, de 2 de janeiro de 2019, da Presidência deste Tribunal,

considerando a importância da racionalização contínua de processos de trabalho da organização, de modo a aprimorar a eficiência e o alcance dos resultados, e tendo em vista a preservação do patrimônio público, resolve:

Art. 1º A Portaria-Segedam nº 35, de 2 de setembro de 2019, republicada no BTCU Administrativo nº 167, de 2/9/2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - Fica revogado o parágrafo único do artigo 8º.

II - Fica acrescido o Art. 8º-A, nos seguintes termos:

“Art. 8º-A Semestralmente, o detentor de carga patrimonial de cada SEC deve consultar os servidores, por meio de seu endereço institucional de correio eletrônico, sobre o interesse em permanecer utilizando os equipamentos de informática fora das dependências do TCU.

§ 1º A eventual ausência de resposta à consulta de que trata o *caput* deste artigo, configura renovação automática da autorização e da responsabilidade pelo uso, pela guarda e pela conservação do bem.

§ 2º Para fins de cumprimento do disposto nesta Portaria, o detentor de carga de cada SEC pode, a qualquer tempo, requisitar a devolução de equipamentos de informática que estejam em uso fora das dependências do TCU.”

III - No campo “Observações” do Anexo V, onde se lê “Encaminhar ao detentor de carga, na forma de documento eletrônico.”, leia-se “Encaminhar ao detentor de carga, na forma de documento eletrônico ou, alternativamente, pelo correio eletrônico - email - institucional do TCU, com confirmação de recebimento pelo detentor da carga patrimonial.”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE POCHYLY DA COSTA

PORTARIA-SEGEDAM Nº 26, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020.

Estabelece regras complementares com vistas à realização de inventário anual, relativo ao exercício de 2020, dos bens móveis e imóveis sob responsabilidade do Tribunal de Contas da União (TCU).

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66 da Portaria-TCU nº 307, de 11 de novembro de 2014,

considerando as diretrizes delineadas pela Portaria-TCU nº 307, de 11 de novembro de 2014, em especial aquelas previstas no Capítulo IX - Do Levantamento e do Inventário, referentes à realização de levantamentos e de inventários obrigatórios ao longo do exercício financeiro;

considerando a excepcionalidade da situação decorrente da pandemia da doença Covid-19, que pode ter comprometido a tempestiva realização de levantamentos e inventários no exercício de 2020, em especial a observância do disposto no inciso I do artigo 43 da Portaria-TCU nº 307/2014;

considerando a necessidade de se estabelecer regras complementares com vistas à realização do inventário anual relativo ao exercício de 2020;

RESOLVE:

Art. 1º Esta Portaria determina, no Anexo I, os procedimentos de realização do inventário anual, relativo ao exercício de 2020, dos bens móveis e imóveis pertencentes ao Tribunal de Contas da União (TCU), na forma estabelecida, respectivamente, pela Portaria-TCU nº 307, de 11 de novembro de 2014, que dispõe sobre a política de gestão dos bens móveis e pela Resolução-TCU nº 271, de 6 de maio de 2015, que trata da política de gestão de bens imóveis.

§ 1º A unidade central de patrimônio deve observar os procedimentos indicados no artigo 6º da Portaria-Segedam nº 23, de 11 de novembro de 2020, e no § 3º do artigo 10 da Portaria-Segedam nº 22, de 11 de novembro de 2020, para os bens disponibilizados em Brasília-DF.

§ 2º As Secretarias do TCU nos estados (SEC's) devem observar os procedimentos indicados no § 3º do artigo 9º da Portaria-Segedam nº 35, de 2 de setembro de 2019, republicada no BTCU Administrativo nº 167, de 2/9/2019, e alterada pela Portaria-Segedam nº 25, de 11 de novembro de 2020; e no artigo 7º da Portaria-Segedam nº 15, de 24 de julho de 2020, alterada pela Portaria-Segedam nº 24, de 11 de novembro de 2020, para os bens disponibilizados nas respectivas Secretarias.

Art. 2º O inventário anual de bens móveis e imóveis do Instituto Serzedello Corrêa (ISC) e das Secretarias do TCU nos Estados (SEC's) será instruído em processo eletrônico único, autuado pelas respectivas unidades de patrimônio com o objetivo de registrar as ações de controles patrimoniais e os demais inventários realizados durante o exercício de 2020.

Art. 3º Fica, excepcionalmente, desconsiderado o prazo definido no inciso I do artigo 43 da Portaria-TCU nº 307/2014.

Art. 4º Todos os levantamentos físicos e eletrônicos realizados no decorrer do ano de 2020, correspondentes a bens móveis, serão considerados para fins das atividades concernentes ao inventário anual.

Art. 5º Os levantamentos identificados no art. 4º devem ser relacionados em quadro próprio, na forma do Anexo III.

Art. 6º Consoante o disposto nos incisos VIII e IX do art. 44 da Portaria-TCU nº 307/2014, o processo administrativo eletrônico de inventário anual, com a devida anuência do respectivo dirigente da unidade, deverá conter o relatório de bens móveis não levantados ou com divergências, bem como fotografias de bens sem etiquetas ou com etiquetas danificadas.

Art. 7º Bens móveis de menor relevância para fins de controle patrimonial, atualmente definidos e elencados na Portaria-Segedam nº 50, de 25 de novembro de 2019, não serão, obrigatoriamente, objeto de levantamento para fins de realização do inventário anual, exceto se:

I- houver solicitação prévia da Presidência, da Corregedoria do Tribunal ou dos dirigentes das respectivas unidades de patrimônio;

II- constatado o extravio em algum levantamento de bem.

Art. 8º O inventário de transferência supre a exigência de inventário de bens de alto risco no semestre em que foi realizado.

Art. 9º As situações não previstas nesta Portaria deverão ser discutidas diretamente entre os servidores responsáveis pela gestão patrimonial das SEC's e do ISC e a unidade central de patrimônio.

Art. 10º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ HENRIQUE POCHYLY DA COSTA
Secretário-Geral de Administração

ANEXO I À PORTARIA-SEGEDAM Nº 26, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020.

Data-limite para realização do inventário anual, relativo ao exercício de 2020, dos bens móveis e imóveis pertencentes ao TCU.

Procedimentos	
Secretarias do TCU nos estados (SEC) e ISC	
1. A critério do dirigente da SEC ou do ISC poderá ser constituída comissão de inventário, composta por, no mínimo, 2 (dois) servidores de cargo efetivo, a qual contará com suporte da unidade central de patrimônio, com a finalidade de realizar o inventário anual, na forma estabelecida pelo art. 42 e seguintes da Portaria-TCU nº 307/2014 e no art. 5º da Resolução-TCU nº 271/2015.	
1.1. A portaria de designação da comissão, se houver, deverá fixar o prazo máximo para a conclusão dos trabalhos, observando-se o cronograma disposto no <u>item 2 deste Anexo</u> .	
1.2. Dentre os membros da comissão de inventário, deverá ser designado 1 (um) servidor, preferencialmente, com experiência na área de administração de material, para presidir os trabalhos.	
1.3. Detentores da carga a inventariar e o dirigente do ISC não poderão ser designados membros da comissão.	
1.4. No caso do inventário anual de bens móveis, o processo administrativo eletrônico de inventário deverá conter os seguintes documentos: I - portaria de designação da comissão de inventário, se houver; II - os relatórios a seguir, que deverão ser extraídos do sistema Patrimônio: a) relatório(s) do(s) levantamento(s) físico(s) dos bens de cada detentor; b) relatório de bens não localizados, por detentor. III - Relatório de bens não levantados por leitora ótica ou com divergências (Anexo II); IV - fotografias de bens sem etiqueta ou com etiqueta danificada; V - relatório circunstanciado do inventário anual, com anuência do respectivo dirigente de unidade.	
2. O inventário anual compreende as seguintes atividades e prazos-limite para sua execução a cargo das unidades de patrimônio:	
30.9.2020	I - registro, no sistema Patrimônio, do levantamento de todos os bens das unidades gestoras (UGs), o que deve ter ocorrido até 30.9.2020, em observância ao inciso I do art. 43 da Portaria-TCU nº 307/2014.
30.11.2020	II - remessa à Diretoria de Material e Patrimônio (Dipat/Selip/Segedam) dos processos eletrônicos formalizados para o desfazimento de bens, de forma a permitir a oportuna realização das baixas patrimoniais antes do encerramento do exercício.
10.12.2020	III - lançamento, no sistema Patrimônio, das movimentações de bens entre UGs.
17.12.2020	IV - aceite, no sistema Patrimônio, de bens pendentes provenientes de movimentações entre UGs.
31.12.2020	V - inclusão, no sistema Patrimônio, do levantamento complementar de todos os bens não encontrados até 30 de setembro e dos bens incorporados e recebidos após esta data;
11.1.2021	VI - envio do relatório circunstanciado em processo administrativo eletrônico à Dipat/Selip/Segedam; e
29.1.2021	VII - encaminhamento, para fins de tomada de contas, à Dipat/Selip/Segedam, de documento eletrônico, de teor conclusivo, informando-a se todos os bens patrimoniais foram encontrados e, em caso negativo, relacionando todos aqueles não localizados no âmbito da respectiva unidade, bem como as providências adotadas para fins de regularização.
A Dipat/Selip/Segedam e a comissão de inventário são competentes para:	
	1. identificar o dirigente de unidade sobre todos os endereços em que ocorrerão levantamentos com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data marcada para o início dos trabalhos; 2. solicitar ao detentor de carga elementos de controle interno e outros documentos necessários aos levantamentos; 3. requisitar servidores, máquinas, equipamentos, materiais de consumo e demais recursos e serviços necessários ao cumprimento de suas tarefas; 4. identificar o estado de uso e conservação dos bens inventariados, discriminando, em relatório específico, os suscetíveis de recolhimento e de desfazimento para fins de ciência da unidade de patrimônio; 5. propor ao Secretário-Geral de Administração, ao Diretor-Geral do ISC ou ao dirigente de SEC a apuração de responsabilidade pelas irregularidades constatadas; 6. relacionar e identificar, conforme disposto no Capítulo VI da Portaria-TCU nº 307/2014, os bens que se encontrem sem número de tombamento (NT), sem o código de barras, sem plaqueta ou outro tipo de etiqueta que comporte o número de patrimônio (NP) ou sem o devido registro geral de patrimônio (RGP), possibilitando a adoção das providências cabíveis pela unidade de patrimônio; 7. solicitar à autoridade competente livre acesso a qualquer recinto com o objetivo de realizar levantamento e vistoria de bens; 8. realizar o inventário anual, bem como os levantamentos físico-financeiros atinentes aos bens imóveis sob a responsabilidade do Tribunal. 9. encaminhar ao Serviço de Contabilidade Analítica (SCA/Dicon/Secof), por meio de documento eletrônico, a relação consolidada dos processos de inventário de bens móveis e imóveis referentes às Secretarias de Controle Externo nos Estados e ao ISC, referente ao exercício de 2020, informando em quais unidades foram encontrados todos os bens patrimoniais e em quais houve itens não encontrados. Nesse caso, os bens não encontrados deverão ser relacionados, bem como indicadas, em cada caso, as providências adotadas para a efetiva regularização.

EXTRATOS PARA PUBLICAÇÃO

DESCONTO DE DIAS CONSIDERADOS FALTA AO SERVIÇO - Indeferimento -

Em 10 de novembro de 2020

INDEFERINDO, no processo de interesse do servidor PAULO AFFONSO BARBOSA FILHO (AUFC, Matrícula 5054-7), o pedido de prorrogação de prazo recursal, contra a decisão que determinou o desconto dos dias considerados falta ao serviço (20/07/2020 a 19/08/2020), por descumprir as metas pactuadas no teletrabalho, com fundamento no art. 44, inciso I, da Lei 8.112/1990, e nos arts. 14, 15, inciso II, e 17, caput e §§ 2º e 3º da Portaria-TCU 101/2019.

(TC-029.168/2020-1)

LUIZ HENRIQUE POCHYLY DA COSTA
Secretário-Geral de Administração

RECURSO HIERÁRQUICO - Não conhecimento -

Em 11 de novembro de 2020

NÃO CONHECENDO, no processo de interesse de MARIA ADÉLIA CARVALHO BAYMA, ante a intempetividade, o recurso hierárquico apresentado contra a decisão que cancelou a pensão temporária concedida à interessada, na condição de filha maior inválida da ex-servidora Aldenora de Carvalho Bayma, com fundamento no art. 107 da Lei 8.112/1990.

(TC-039.318/2020-6)

LUIZ HENRIQUE POCHYLY DA COSTA
Secretário-Geral de Administração

SECRETARIA-GERAL ADJUNTA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATOS PARA PUBLICAÇÃO****SUPRIMENTO DE FUNDOS
- Concessão e Autorização para Pagamento -**

FUNDAMENTO LEGAL: Portaria-TCU nº 193, de 20 de julho de 2018, e suas alterações, bem como subdelegação de competência constante do inciso VIII do artigo 1º da Portaria-Segedam nº 10, de 29 de maio de 2020.

SUPRIDO: WILLIAM AGUIAR DA SILVA, matrícula 3416-9.

VALOR: R\$ 1.000,00 (mil reais).

NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.30 - Material de consumo, PTRES 167469.

MODALIDADE: Ordem Bancária de Pagamento - OBP.

LOCAL: Sec-PB.

PRAZOS: Aplicação - até 30 (trinta) dias a contar da data de emissão da Ordem Bancária; Comprovação - até 10 (dez) dias subsequentes para a comprovação de gastos.

AUTORIZO, na forma proposta na solicitação 1381, conforme descrito acima.

Em 11 de novembro de 2020.

ADRIANO CESAR FERREIRA AMORIM
Secretário-Geral Adjunto da Adgedam

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**DIRETORIA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL****EXTRATOS PARA PUBLICAÇÃO****FUNÇÃO DE CONFIANÇA
-Retificação-**

Em 11 de novembro de 2020

No despacho da Diretoria de Legislação de Pessoal de 19/10/2020, número de controle 1256, publicado no BTCU Administrativo nº 199, de 20/10/2020, onde se lê "...no período de 28/10/2020 a 30/10/2020", leia-se "no período de 28/10/2020 a 10/11/2020".

JAIRINA BANDEIRA GOMES NUNES
Diretora substituta da Dilpe

FUNÇÃO DE CONFIANÇA
- Substituição -

Em 11 de novembro de 2020

A DIRETORA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o disposto no inciso V do Art. 2º da Portaria nº 89, de 10 de setembro de 2020, da Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal, resolve:

DESIGNAR JOSÉ NILDO LAU PEREIRA, matrícula 1861-9, para substituir, no(a) Assessoria do Gabinete do Presidente/GABPRES, o(a) Assessor, código FC-3, ADYANNE DE PAULA MONTEIRO, matrícula 3636-6, no período de 24/11/2020 a 16/12/2020, em virtude do afastamento legal deste(a).

(Número de controle: 1459)

JAIRINA BANDEIRA GOMES NUNES
Diretora substituta da Dilpe

FUNÇÃO DE CONFIANÇA
- Substituição -

Em 11 de novembro de 2020

A DIRETORA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o disposto no inciso V do Art. 2º da Portaria nº 89, de 10 de setembro de 2020, da Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal, resolve:

DESIGNAR REYNALDO PENA LOPES JUNIOR, matrícula 8673-8, para substituir, no(a) Gabinete do Subprocurador-Geral LUCAS ROCHA FURTADO, o(a) Chefe de Gabinete, código FC-5, ANDRESSA MEDEIROS SARAIVA, matrícula 10202-4, no período de 13/11/2020 a 11/12/2020, em virtude do afastamento legal deste(a).

(Número de controle: 1446)

JAIRINA BANDEIRA GOMES NUNES
Diretora substituta da Dilpe

FUNÇÃO DE CONFIANÇA
- Substituição -

Em 11 de novembro de 2020

A DIRETORA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o disposto no inciso V do Art. 2º da Portaria nº 89, de 10 de setembro de 2020, da Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal, resolve:

DESIGNAR REYNALDO PENA LOPES JUNIOR, matrícula 8673-8, para substituir, no(a) Gabinete do Subprocurador-Geral LUCAS ROCHA FURTADO, o(a) Chefe de Gabinete, código FC-5, ANDRESSA MEDEIROS SARAIVA, matrícula 10202-4, no dia 14/12/2020, em virtude do afastamento legal deste(a).

(Número de controle: 1447)

JAIRINA BANDEIRA GOMES NUNES
Diretora substituta da Dilpe

FUNÇÃO DE CONFIANÇA
- Substituição -

Em 11 de novembro de 2020

A DIRETORA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o disposto no inciso V do Art. 2º da Portaria nº 89, de 10 de setembro de 2020, da Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal, resolve:

DESIGNAR MARCOS YAMASSAKI FIORENTINI, matrícula 3671-4, para substituir, no(a) Assessoria da SECEX-SC/Sec-SC, o(a) Assessor, código FC-3, CLAUDESI VIEIRA NUNES, matrícula 1649-7, no período de 17/12/2020 a 4/1/2021, em virtude do afastamento legal deste(a).

(Número de controle: 1444)

JAIRINA BANDEIRA GOMES NUNES
Diretora substituta da Dilpe

FUNÇÃO DE CONFIANÇA
- Substituição -

Em 11 de novembro de 2020

A DIRETORA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o disposto no inciso V do Art. 2º da Portaria nº 89, de 10 de setembro de 2020, da Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal, resolve:

DESIGNAR JOSÉ NILDO LAU PEREIRA, matrícula 1861-9, para substituir, no(a) Assessoria do Gabinete do Presidente/GABPRES, o(a) Assessor, código FC-3, MARIA APARECIDA CORRÊA DA SILVA, matrícula 1092-8, no período de 12/11/2020 a 23/11/2020, em virtude do afastamento legal deste(a).

(Número de controle: 1430)

JAIRINA BANDEIRA GOMES NUNES
Diretora substituta da Dilpe

FUNÇÃO DE CONFIANÇA
- Substituição -

Em 11 de novembro de 2020

A DIRETORA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o disposto no inciso V do Art. 2º da Portaria nº 89, de 10 de setembro de 2020, da Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal, resolve:

DESIGNAR LÉLIA KARINA NUNES COTRIM, matrícula 6602-8, para substituir, no(a) Serviço de Apoio a Soluções e Sistemas de Colegiados e Gabinetes/Disup/Seses, o(a) Chefe de Serviço, código FC-3, MILTON BATISTA JÚNIOR, matrícula 8923-0, no período de 12/11/2020 a 16/11/2020, em virtude do afastamento legal deste(a) e impedimento do(a) substituto(a) eventual.

(Número de controle: 1458)

JAIRINA BANDEIRA GOMES NUNES
Diretora substituta da Dilpe

FUNÇÃO DE CONFIANÇA
- Substituição -

Em 11 de novembro de 2020

A DIRETORA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o disposto no inciso V do Art. 2º da Portaria nº 89, de 10 de setembro de 2020, da Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal, resolve:

DESIGNAR RENATO MARTINS GALVÃO, matrícula 10681-0, para substituir, no(a) 1ª Diretoria - SeinfraPetróleo/SeinfraPetróleo, o(a) Diretor, código FC-4, MARCELO RODRIGUES ALHO, matrícula 8635-5, no período de 16/11/2020 a 20/11/2020, em virtude do afastamento legal deste(a) e impedimento do(a) substituto(a) eventual.

(Número de controle: 1421)

JAIRINA BANDEIRA GOMES NUNES
Diretora substituta da Dilpe

FUNÇÃO DE CONFIANÇA
- Substituição -

Em 11 de novembro de 2020

A DIRETORA DE LEGISLAÇÃO DE PESSOAL SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o disposto no inciso V do Art. 2º da Portaria nº 89, de 10 de setembro de 2020, da Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal, resolve:

DESIGNAR PRISCILA GONÇALVES RAMOS DE OLIVEIRA, matrícula 10620-8, para substituir, no(a) Assessoria do Gabinete do Presidente/GABPRES, o(a) Assessor, código FC-3, MARIA APARECIDA CORRÊA DA SILVA, matrícula 1092-8, no período de 24/11/2020 a 11/12/2020, em virtude do afastamento legal deste(a).

(Número de controle: 1429)

JAIRINA BANDEIRA GOMES NUNES
Diretora substituta da Dilpe

SERVIÇO DE CONCESSÃO DE VANTAGENS E DIREITOS**EXTRATOS PARA PUBLICAÇÃO****ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR
- Concessão -**

Em 11 de novembro de 2020

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 1º, §§ 1º e 2º, da Portaria-TCU nº 642/1996 e subdelegação de competência constante da Portaria-Dilpe nº 243/2020.

CONCEDO, no processo de interesse do(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), a assistência pré-escola pelo(a) dependente indicado(a), na forma proposta pelo Serviço Concessão de Vantagens e Direitos - SCV.

NOME/MATRÍCULA	DEPENDENTE/VINCULO	DATA INICIAL
PAULA GIGLIANE DE OLIVEIRA / AUFC / 8138-8	***** ** HELLMANN / FILHO(A)	07/11/2020

(Solicitação Cesp nº 21319)

ALEXANDRE BELISARIO ALVES FERNANDES
Chefe substituto do SCV

**AUXÍLIO-NATALIDADE
- Concessão -**

Em 11 de novembro de 2020

FUNDAMENTO LEGAL: art. 196, § 2º, da Lei nº 8.112/90 e subdelegação de competência constante da Portaria-Dilpe nº 243/2020.

CONCEDO, no processo de interesse do(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), o auxílio-natalidade pelo dependente indicado, na forma proposta pelo Serviço de Concessão de Vantagens e Direitos- SCV.

NOME/MATRÍCULA	DEPENDENTE/VINCULO
PAULA GIGLIANE DE OLIVEIRA / AUFC / 8138-8	***** ** HELLMANN / FILHO(A)

(Solicitação Cesp nº 21318)

ALEXANDRE BELISARIO ALVES FERNANDES
Chefe substituto do SCV

LICENÇA CAPACITAÇÃO
- Concessão -

Em 11 de novembro de 2020

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 87 da Lei nº 8.112/1990, com redação dada pela Lei nº 9.527/1997, Resolução-TCU nº 212/2008, Portaria-Conjunta ISC-Segep nº 1/2019 e subdelegação de competência constante da Portaria-Dilpe nº 243/2020.

AUTORIZO, no processo de interesse do servidor abaixo relacionado, a concessão da licença para capacitação.

NOME/CARGO/MATRÍCULA	PERÍODO DE FRUIÇÃO	PARCELA	QUINQUÊNIO	PERÍODO AQUISITIVO
EDMAR BITTENCOURT FILHO / TEFC / 2542-9 / SECOF/SEGEDAM	16/11/2020 a 15/12/2020	2ª	5º	21/11/2011 a 18/11/2016
CURSO/INSTITUIÇÃO: Básico em Orçamento/EVG, Introdução ao Orçamento público./EVG.				

(Solicitação Cesp nº 21210)

ALEXANDRE BELISARIO ALVES FERNANDES
Chefe substituto do SCV

LICENÇA CAPACITAÇÃO
- Concessão -

Em 11 de novembro de 2020

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 87 da Lei nº 8.112/1990, com redação dada pela Lei nº 9.527/1997, Resolução-TCU nº 212/2008, Portaria-Conjunta ISC-Segep nº 1/2019 e subdelegação de competência constante da Portaria-Dilpe nº 243/2020.

AUTORIZO, no processo de interesse do servidor abaixo relacionado, a concessão da licença para capacitação.

NOME/CARGO/MATRÍCULA	PERÍODO DE FRUIÇÃO	PARCELA	QUINQUÊNIO	PERÍODO AQUISITIVO
GABRIELA DA COSTA SILVA / AUFC / 6238-3 / SECEXFINANÇAS/SEGECEX	16/11/2020 a 16/12/2020	1ª	3º	06/10/2015 a 03/10/2020
CURSO/INSTITUIÇÃO: Performance Audit/Instituto Serzedello Corrêa.				

(Solicitação Cesp nº 21289)

ALEXANDRE BELISARIO ALVES FERNANDES
Chefe substituto do SCV

LICENÇA CAPACITAÇÃO
- Concessão -

Em 11 de novembro de 2020

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 87 da Lei nº 8.112/1990, com redação dada pela Lei nº 9.527/1997, Resolução-TCU nº 212/2008, Portaria-Conjunta ISC-Segep nº 1/2019 e subdelegação de competência constante da Portaria-Dilpe nº 243/2020.

AUTORIZO, no processo de interesse do servidor abaixo relacionado, a concessão da licença para capacitação.

NOME/CARGO/MATRÍCULA	PERÍODO DE FRUIÇÃO	PARCELA	QUINQUÊNIO	PERÍODO AQUISITIVO
MARCO ANDRÉ SANTOS DE ALBUQUERQUE / AUFC / 5816-5 / SECEX-TCE/SEGECEX	18/01/2021 a 27/01/2021	2ª	6º	31/01/2011 a 29/01/2016
CURSO/INSTITUIÇÃO: Mestrado em Direito/UniCeub.				

(Solicitação Cesp nº 21194)

ALEXANDRE BELISARIO ALVES FERNANDES
Chefe substituto do SCV

LICENÇA CAPACITAÇÃO
- Concessão -

Em 11 de novembro de 2020

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 87 da Lei nº 8.112/1990, com redação dada pela Lei nº 9.527/1997, Resolução-TCU nº 212/2008, Portaria-Conjunta ISC-Segep nº 1/2019 e subdelegação de competência constante da Portaria-Dilpe nº 243/2020.

AUTORIZO, no processo de interesse do servidor abaixo relacionado, a concessão da licença para capacitação.

NOME/CARGO/MATRÍCULA	PERÍODO DE FRUIÇÃO	PARCELA	QUINQUÊNIO	PERÍODO AQUISITIVO
PAULA BRESSANELLI SILVA / AUFC / 8137-0 / SEFIP/SEGECEX	18/01/2021 a 12/02/2021	1ª	2º	25/07/2011 a 22/07/2016
CURSO/INSTITUIÇÃO: Controles Institucional e Social dos Gastos Públicos/Enap, Linguagem simples aproxima o governo das pessoas. Como usar?/Enap.				

(Solicitação Cesp nº 21273)

ALEXANDRE BELISARIO ALVES FERNANDES
Chefe substituto do SCV

DIRETORIA DE SAÚDE**EXTRATOS PARA PUBLICAÇÃO****LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE****-Deferimento-**

FUNDAMENTO LEGAL: arts. 202 a 204, c/c art. 82 da Lei nº 8.112/1990, e na subdelegação de competência contida na Portaria-Segep nº 89/2020, art. 3º, inciso I, alínea "a".

DEFERINDO, nos prontuários periciais de interesse dos servidores abaixo relacionados, os pedidos de concessão de licença para tratamento de saúde, na forma proposta pelo Serviço de Perícia em Saúde - SPS.

Em 11 de Novembro de 2020

Servidor	Matrícula	Início	Término
FLLAVIA ALMEIDA LIMMA DE SOUSA	10195-8	28/09/2020	12/10/2020
ERIKA ROCHA FERREIRA LIMA	4236-6	13/10/2020	11/11/2020
IDEUSANA DE VASCONCELOS SEPEDA LIMA	3492-4	21/10/2020	19/12/2020
CRISTIANO RONDON PRADO DE ALBUQUERQUE	2374-4	28/10/2020	13/11/2020
MÁRCIA MADEIRO DE MELO	2363-9	03/11/2020	06/11/2020
ALICE ALMEIDA FREIRE GRAMELISCH	40083-1	03/11/2020	04/11/2020
ROGERIO CESAR MATEUS CORRÊA	7691-0	04/11/2020	04/11/2020
MARIANA DELGADO TORRES	5075-0	04/11/2020	06/11/2020
VENILSON MIRANDA GRIJO	5697-9	03/11/2020	03/11/2020
CLAUDIA FREITAS DOS SANTOS	5696-0	04/11/2020	06/11/2020
LUCIO SERGIO DA COSTA MADUREIRA	6528-5	09/11/2020	13/11/2020
CÍNTIA AIRES SANTOS PORTUGUÊS	3617-0	01/11/2020	17/11/2020
MARCUS VINICIUS MITRE CARTAXO	7602-3	06/11/2020	12/11/2020
JACKSON LUIZ ARAÚJO SOUZA	4622-1	09/11/2020	16/11/2020
LAZARO LUIZ RABELO	1890-2	05/11/2020	06/11/2020
JORGE MENDES DE OLIVEIRA CASTRO NETO	8085-3	09/11/2020	09/11/2020
FERNANDO BONIFÁCIO DE MATTOS FILHO	2549-6	09/11/2020	13/11/2020

RICARDO OLIVEIRA MOREIRA

Diretor da Dsaud

SECRETARIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

EXTRATOS PARA PUBLICAÇÃO**DESPESA(S) DE EXERCÍCIO(S) ANTERIOR(ES)
- Reconhecimento -**

FUNDAMENTO LEGAL: art. 37 da Lei nº 4.320, de 1964; art. 22 do Decreto 93.872, de 1986; subdelegação conferida pelo inciso V, art. 1º, da Portaria Segedam nº 2, de 2019.

RECONHEÇO, na forma proposta pelo Serviço de Programação Orçamentária e Financeira (SPR/Dipex), a Despesa(s) de Exercício(s) Anterior(es) (DEA) abaixo:

Em 10 de novembro de 2020

FAVORECIDO	OBJETO	EXERCÍCIOS	VALOR	PROCESSO
ANA MARIA PRUDENTE DE FONTES, Matrícula: 3025-2	Pagamento de Adicional por tempo de serviço.	2013 a 2018	R\$ 9.185,62	TC - 033.802/2018-1
Secretaria da Receita Federal do Brasil.	Contribuição Social Patronal.	2013 a 2018	R\$ 1.716,50	

LUIZ JOSÉ ADÃO
Secretário da Secof

SECRETARIA DE ENGENHARIA E SERVIÇOS DE APOIO

RETIFICAÇÕES

Na Portaria-Senge nº 5, de 21/10/2020, publicada no BTCU Administrativo nº 200, de 21/10/2020, p. 9, **onde se lê:**

Anexo	Nº/Ano	Fornecedor	Objeto	Gestora	Fiscais Técnicos
XLII	05/2020	EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	Prestação de serviços de V-Post, que atenda às necessidades do TCU e de suas Secretarias.	Disop	RENATO LEMOS ARROCHELLA LOBO, 2787-1
					IVONER MONTEIRO DA SILVA, 2300-0.

Leia-se:

Anexo	Nº/Ano	Fornecedor	Objeto	Gestora	Fiscais Técnicos
XLII	05/2018	EBCT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	Prestação de serviços de V-Post, que atenda às necessidades do TCU e de suas Secretarias.	Disop	RENATO LEMOS ARROCHELLA LOBO, 2787-1
					IVONER MONTEIRO DA SILVA, 2300-0.

Senge, em 11 de novembro de 2020.

GLAUCO CASTRO MACHADO
Secretário Substituto de Engenharia e Serviços de Apoio

SECRETARIA DE AUDITORIA INTERNA**PORTARIAS**

PORTARIA - SEAUD Nº 26, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020 (*)

O SECRETÁRIO DE AUDITORIA INTERNA, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1º Designar o servidor VINÍCIUS DE SÁ RODRIGUES, matrícula 4554-3, para realizar monitoramento na Auditoria Interna na Política de Gestão de Riscos TCU (TC 029.348/2017-0), consoante previsto na Portaria-SEAUD 24, de 27/10/2020.

Art. 2º O trabalho deverá observar o seguinte cronograma:

FASE DO TRABALHO	PERÍODO	DURAÇÃO
Relatório	03/11/2020 a 13/11/2020	9 dias úteis

MAURO MOREIRA BARBOSA
Secretário de Auditoria Interna

(* Republicada por ter saído com incorreção do original no BTCU Administrativo nº 212, de 10/11/2020, p. 11)

PORTARIA - SEAUD Nº 27, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2020

O SECRETÁRIO DE AUDITORIA INTERNA, no uso de suas atribuições regulamentares, resolve:

Art. 1º Prorrogar para o dia 20/01/2021 o prazo de entrega do relatório da auditoria interna realizada nos projetos desenvolvidos por especialistas sêniores do TCU, de que trata a PORTARIA DE FISCALIZAÇÃO-SEAUD nº 16, de 15/07/2020, publicada no BTCU Administrativo n. 132, de 15/07/2020, mantendo-se inalteradas as fases de planejamento e execução do referido trabalho.

MAURO MOREIRA BARBOSA
Secretário de Auditoria Interna